



Comissão Especial de Direito Militar

Dr. Fabrício Pereira

(12) 99200-7494

@fabriciopereira_adv

<https://lattes.cnpq.br/8571582799915929>

Advogado atuante nos ramos do Direito Administrativo, Penal, Militar e Cível – Membro Efetivo Regional da Comissão Especial de Direito Militar Seccional SP – Diretor de Prerrogativas da ABRACRIM Regional Alto Tietê

Pós Graduado em:

- Direito do Trabalho e Processo do Trabalho
- Direito do Trabalho Aplicado
- Direito Penal e Processo Penal Aplicados
- Direito Militar

Valorizando a Soberania Nacional: A Necessidade da Inclusão do Direito Militar na Grade Curricular dos Cursos de Direito Brasileiros.



Introdução

Esta apresentação tem como objetivo discutir a importância da inclusão do Direito Militar na grade curricular dos cursos de direito brasileiros, visando a valorização da soberania nacional. Além das Forças de Segurança Estaduais - Polícia Militar e Corpo de Bombeiros

Ramo do Direito Mais Antigo

O Direito Militar é o ramo do Direito Mais antigo no Brasil, origem nas Ordenações Filipinas (1603) e se consolidando em 1808, quando da chegada da Família Real Portuguesa, sendo criado o primeiro tribunal da nação: Conselho Militar e de Justiça - Hoje conhecido como Superior Tribunal Militar – STM. Decreto-Lei 1001: Código Penal Militar – Decreto-Lei 1002: Código de Processo Penal Militar – ambos de 1969





Soberania Nacional

A soberania nacional é um dos pilares do Estado brasileiro e deve ser valorizada. A inclusão do Direito Militar na grade curricular dos cursos de direito pode contribuir para a formação de cientistas para atuar em defesa da soberania do país através de uma legislação justa e atualizada.

Defesa Nacional

A defesa nacional é uma das principais responsabilidades do Estado brasileiro. A garantia da efetivação dos Direitos Humanos é uma responsabilidades de todos, principalmente de nós, ADVOGADOS!

Mas quantas faculdades ensinam o Direito Militar no ensino básico que permita tal feito?



Defesa Interna

Tem sido comum o uso das Forças Armadas na segurança interna – (Vide RJ). Como fica a responsabilização dos agentes que sempre foram treinados para atuarem conflitos externos, mas que atuam, de maneira improvisada, nos conflitos internos? E a isonomia de tratamento e julgamento entre policiais civis e militares?





Disciplina Militar

O Direito Militar é uma disciplina que trata das normas e procedimentos aplicáveis às Forças Armadas e Polícias Militares Estaduais. Sua inclusão na grade curricular dos cursos de direito pode contribuir para a formação de profissionais mais capacitados para atuar em questões relacionadas à disciplina militar e à Ciência.



Formação de Profissionais

A inclusão do Direito Militar na grade curricular dos cursos de direito pode contribuir para a formação de profissionais mais completos e preparados para atuar em diversas áreas do direito, como o direito penal, direito administrativo, previdenciário Militar, etc.





Formação de Cientistas

A inclusão da Disciplina Direito Militar na grade curricular permitirá a formação de cientistas, estudiosos capazes de levantar questionamentos que possibilitem a modernização e desenvolvimento do Direito Militar

Conclusão

A inclusão do Direito Militar na grade curricular dos cursos de direito brasileiros é uma medida importante para valorizar a soberania nacional e contribuir para a formação de profissionais preparados para atuar nessa área do direito.

Mas como incluir a matéria numa grade já “sobrecarregada? Regionalização- Congressos, Palestras, Matéria Optativa, Extensão, etc.

OBRIGADO!



SÃO PAULO

Comissão Especial de Direito Militar



FABRICIOPEREIRA_ADV



FABRICIOPEREIRA_ADV

